

A mediação da informação e a arquivística:

aproximações teóricas

Mariana Lousada

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Como citar: LOUSADA, Mariana; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A mediação da informação e a arquivística: aproximações teóricas. *In:* VALENTIM, Marta Lúgia Pomim (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 259-274.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-266-6.p259-274>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 13

A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E A ARQUIVÍSTICA: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Mariana Lousada

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

1 INTRODUÇÃO

A história da Biblioteconomia e da Arquivologia está intimamente vinculada às técnicas de cada uma dessas áreas. Serrai (1975), abordando especificamente a Biblioteconomia, afirma que a história desta está intrinsecamente relacionada com a história das técnicas bibliotecárias. As técnicas acompanharam e determinaram a própria existência da Biblioteconomia. Em paralelo, é possível afirmar que, do mesmo modo, a Arquivologia também tem sua existência moldada pelas técnicas. Tanto uma como outra são áreas técnicas por excelência, o que faz as assertivas acima não serem, em si, críticas. O que, no entanto, deve ser evitado, é a exacerbação da técnica, colocando-a como o único espaço de interesse e de preocupação, sendo até mesmo entendida, de maneira implícita, como o único segmento, tanto da Biblioteconomia como da Arquivologia,

que explica, reconhece, legitima e diferencia essas áreas das outras que compõem o conhecimento humano.

Estivemos e estamos subordinados aos interesses da Organização da Informação e do Conhecimento. Os conceitos produzidos por ela ditam o entendimento da Biblioteconomia, por um lado, e da Arquivologia, por outro.

Na Biblioteconomia, por exemplo, o objeto é entendido como exclusivamente a informação registrada ou, de maneira mais contundente, gravada - como quer Le Coadic (1996). Na Arquivologia, correntes defendem seu objeto como sendo o documento ou a informação.

Confundindo-se com as técnicas e tendo como objeto a informação registrada - ou o documento - as duas áreas tenderam a pouco se preocupar com o usuário (ou qualquer outro nome que se queira dar aos que procuram os equipamentos informacionais) ou mesmo com a recepção. Interesse específico com o usuário, criando espaço específico para seu atendimento, somente surge, na Biblioteconomia, no final do Século XIX.

Sobre o surgimento desses espaços informacionais, Báez (2006, p.32-33) afirma que

Por volta de 2800 a.C., os reis, não sem temor, delegaram aos escribas o poder absoluto sobre a custódia dos livros. Dessa forma, as mudanças políticas não alteraram a condição histórica dominante. Os arquivos se converteram em refúgio e garantia da continuidade ontológica do povo [...] Uma vez concluído o período conhecido como Uruk IV, por volta de 3300 a.C., sobreveio o período Uruk III e aumentou consideravelmente a elaboração de tabletas e a criação das primeiras bibliotecas, cujas prateleiras incluíam registros econômicos, listas lexicográficas e catálogos de flora, fauna e minerais. Em Ur e Adab foram encontrados restos das tabletas de duas bibliotecas ativas, em torno dos anos 2800 a.C. - 2700 a.C.

Mesmo com uma história tão antiga, o foco das ações e preocupações nesses espaços não foi o usuário, mas o armazenamento – e o antigo e sempre presente desejo de possuir tudo o que foi produzido pelo homem – e as técnicas de organização visando a recuperação dos materiais quando necessário. Mais: o principal interesse era o de preservar os materiais.

A ideia de preservação levou-nos a considerar como mais importante, o material, o tangível, o palpável, o suporte, o documento.

No final do Século XIX e início do XX, Paul Otlet veiculava suas concepções em relação ao conteúdo desses materiais. Além do tangível, ou mais do que ele, o conteúdo deveria ser fator de interesse por parte dos que atuavam nos espaços informacionais. Ousado e utópico, Paul Otlet busca criar o *Mundaneum*, tendo como foco o conteúdo dos materiais publicados. Alguns o consideram, por suas ideias e ações, como o precursor da internet.

Os usuários, apesar do surgimento de propostas específicas para seu atendimento nos equipamentos informacionais, continuavam a ser quase que desconsiderado, relegado a um espaço de menor importância. Essa concepção acompanha idêntico reconhecimento à disseminação da informação. Ainda hoje, a disseminação é vista como subordinada à Organização da Informação e não como um segmento de igual importância. Por esse motivo, os conceitos presentes na disseminação não encontram espaços nem para discussão e reflexão da área. Entre eles, por exemplo, a recepção da informação; a informação não registrada; a informação oral; a leitura, etc.

Independente de sua aceitação ou de apoio por parte da academia e dos profissionais, conceitos de disseminação foram criados e seguidos, concentrados no Serviço de Referência e Informação. Analisando hoje tais conceitos, é possível afirmar que não se tratavam de concepções teóricas, mas formas de ação que permitiam uma atuação melhor quanto ao atendimento do usuário e uma consequente reflexão e consciência sobre elas.

Vale lembrar que na literatura especializada de Arquivologia, poucos textos, pesquisas e estudos existem no tocante ao usuário, quer em relação a suas necessidades e interesses, quanto ao seu perfil ou formas de relação com a informação.

Na Década de 1990, pela falta de conceitos teóricos no âmbito da disseminação da informação, amplia-se o uso do termo mediação da informação, embora ainda sem um conceito que o distinguisse das concepções vinculadas ao Serviço de Referência e Informação. Esse fato é claramente observado a partir do entendimento dos profissionais da área quanto a mediação da informação: presente exclusivamente nos espaços de

atendimento ao usuário e tão somente quando suas buscas por informação são realizadas presencialmente e sob orientação de um profissional.

Além dessa concepção, entendia-se – e no censo comum dos que atuam na área e a pesquisam ainda se entende – também a mediação como uma ‘ponte’, ou seja, algo que permite a passagem da informação e a une ao usuário. A imagem da ‘ponte’, por ser esta um objeto, quebra a ideia da mediação da informação como um processo, concepção com a qual nos identificamos e defendemos.

Apenas no final da Década de 1990 é que começam a surgir os primeiros cursos específicos sobre Mediação da Informação, quer no âmbito dos cursos de graduação, quer dos de pós-graduação. Busca-se uma conceituação que possa orientar as pesquisas, estudos, discussões e reflexões sobre o tema. Almeida Júnior (2009, p.92), conceitua Mediação da Informação a partir de pesquisas desenvolvidas em projetos voltados para essa temática como

[...] toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

Desse conceito deve se destacar a ideia de interferência e a de apropriação. Elas apontam para um novo rumo no entendimento da área de Ciência da Informação, ou seja, evidencia-se o usuário, a recepção e se desconstrói uma pretensa neutralidade do profissional da informação em suas ações nos espaços informacionais. A concepção de neutralidade fundamenta-se, basicamente, na aceitação da informação como coisa, como mercadoria, com existência antes de ser armazenada, processada e organizada. Sendo assim, a informação pode ser transferida, sem grandes análises do perfil do usuário – seus interesses e necessidades.

A Mediação da Informação entende o usuário como participante e não como mero receptor, sem possibilidade de interferir ou, de alguma forma, ser sujeito ativo do processo. Ao contrário, é ele o norte, o fim, para o qual todas as ações estão voltadas.

É preciso alertar, no entanto, que o usuário não é o único sujeito do processo de mediação da informação. Participam também: o

produtor do suporte informacional (seja um autor físico ou corporativo; isolado ou em grupo), trazendo seus interesses, suas verdades, seus valores, suas concepções; o momento em que a informação está sendo mediada (independente da época em que o suporte foi produzido), momento esse que pode determinar formas de apropriação; o suporte da informação (os tipos de suportes possuem linguagens próprias e diferentes); o ambiente informacional onde a mediação ocorre (a forma como está organizado; a construção; se virtual ou físico etc.); o mediador, que interferirá a partir de suas concepções e formas de ver e entender o mundo; e o usuário (com suas necessidades e interesses gerais e de momento).

Outro ponto a salientar é que não há controle da informação por parte de nenhum dos personagens presentes e participantes do processo de mediação. Muitos autores, mesmo sem o querer, explicitam muito além do que objetivavam de início, transferindo conceitos, valores e ideias que desejavam ocultar ou que desconheciam. O suporte de informação impõe formas diferenciadas de leitura e apropriações, dependendo de seu tipo, quer de maneira ampla (texto, imagem fixa, imagem em movimento e som), quer de maneira específica (livros, revistas, fotografias, desenhos, filmes, vídeos, CDs, DVDs, incluindo leitura do corpo e oralidade). Os equipamentos informacionais, por sua vez, também possuem restrições para armazenar, organizar e disseminar informações, restrições que interferem no processo de mediação. O mediador, tanto os profissionais que atuam nos equipamentos informacionais como os que o são de maneira indireta, não controlam nem mesmo suas crenças, verdades, concepções. O usuário, quem determina em última instância o que é ou não informação, se apropria dela de maneira consciente e de maneira inconsciente. Muitas informações, independente do desejo do usuário, superam, burlam e enganam os controles conscientes do usuário, alterando o conhecimento dele. Se faz informação porque transforma/modifica o conhecimento do usuário.

Apropriação, nessa concepção, não significa controle, nem é dependente da consciência.

Por último, é preciso destacar a informação que, também por não ser neutra, é carregada de conceitos, valores, verdades, concepções, ideologias.

2 ARQUIVÍSTICA: ORIGENS E PERSPECTIVAS DE ESTUDO

A Arquivística desenvolveu-se pautada na análise dos trabalhos práticos realizado pelas instituições produtoras e detentoras de documentos, ou seja, ela nasce a partir de técnicas específicas de organização de acervos. Na realidade, a arquivística como disciplina conheceu um desenvolvimento acidentado, mais ligado às tradições intelectuais e práticas de cada país que ao estabelecimento de teorias e de princípios universais (LOPES, 2009, p.134).

Foi somente no final do Século XIX, com a publicação do primeiro manual, o Manual dos Arquivistas Holandeses¹ publicado por Muller, Feith e Fruin em 1898, que a área encontra sua dimensão científica, inaugurando o pensamento arquivístico tradicional por suas regras e métodos de tratamento dos arquivos definitivos, tomando por base os postulados do positivismo clássico (LOPES, 2009, p.137)

Por ser considerado o início das reflexões teóricas, os conceitos e princípios concebidos pelo Manual tornaram-se base para o estabelecimento de regras e procedimentos da Arquivística Moderna. Até os dias de hoje muitos deles ainda são aplicados da mesma forma em diversas instituições.

Houve certamente a publicação de outros textos arquivísticos antes de 1898, mas o acima citado foi o primeiro a sistematizar a disciplina e a ser difundido em vários outros países e línguas durante o século XX. Trata-se de um texto fundador da disciplina, que vem sendo citado até os dias de hoje. Todavia, esta obra permanece uma obra do passado, sem valor prático para nossa época. Deve ser entendida como uma das que fundamentaram a necessidade de criar a disciplina, uma referência enriquecida pelos outros textos escritos no curso das últimas décadas (LOPES, 2009, p.134).

Nesse sentido, o desenvolvimento e consolidação da Teoria Arquivística podem ser considerados recentes quando comparados a outras ciências também de caráter social.

Historicamente, o desenvolvimento da Arquivística é pautado por três momentos/períodos principais. O primeiro tem ligação intrínseca com a história, uma vez que foi considerada por muito tempo como uma

¹ A primeira edição em holandês é de 1898. Há inúmeras traduções e edições. Em português, por exemplo, há uma versão de 1975.

ciência auxiliar, em função da necessidade de se organizar os arquivos da idade média e do antigo regime.

Num segundo momento, no Século XX, a Arquivística volta-se para a administração, especialmente entre os Anos de 1930-1950, desenvolvendo sistemas que facilitariam o gerenciamento do crescente volume documental e da necessidade da racionalidade no momento da produção, ocasionados pela Segunda Guerra Mundial. Ainda nos Anos 50, há tentativas em conciliar as dimensões da área: Histórica e Administrativa.

E um terceiro momento, de 1980 aos dias atuais, em que a Arquivística busca se afirmar como disciplina ligada à Ciência da Informação, propondo novos métodos de abordagem e de metodologias.

A partir do desenvolvimento histórico, alguns fundamentos teóricos se consolidaram. Outros, no entanto, estão sob forte questionamento, ocasionados principalmente pelo advento da tecnologia na produção e gerenciamento de documentos nas instituições.

Atualmente, observa-se que há duas escolas principais que compõe o pensamento arquivístico contemporâneo. A primeira, denominada Arquivologia Tradicional, também chamada por alguns pesquisadores de Arquivística Custodial com suas origens principalmente na França, Itália e Espanha. Fundamentada inicialmente na noção dos arquivos como fonte de pesquisa para a História. Este fato influenciou seu desenvolvimento, pois os arquivos históricos tornaram-se a dimensão mais importante e visível para a área e para a sociedade, o que ocasionou forte influência no plano teórico e prático.

O objeto da arquivologia tradicional era identificado pelo conjunto de documentos produzidos ou recebidos por uma dada administração; era o arquivo (*found d'archive*) custodiado por uma instituição arquivística (FONSECA, 2005, p.55).

Lopes (2009, p.132) defende que a arquivística tradicional é uma construção contraditória. A primeira contradição consiste em manter os princípios e teorias fundamentais da arquivística como um conjunto, e de recusar, sistematicamente, o papel de uma disciplina independente. O autor ainda realiza uma crítica quanto a sua posição atual:

A arquivística tradicional contemporânea recusa-se a questionar a origem, isto é, a criação, a utilização administrativa, técnica e jurídica dos arquivos, dos documentos recolhidos aos arquivos definitivos. Essa atitude resulta na crença generalizada de que estas questões não são parte da profissão (LOPES, 2009, p.132).

A Arquivística perdeu este *status* de disciplina auxiliar da História há algum tempo, no entanto, alguns pesquisadores tidos como mais conservadores ainda apresentam dificuldades em discutir aspectos mais contemporâneos.

A segunda escola, considerada por alguns como moderna, é identificada como ‘Arquivologia Pós-Moderna’ ou ‘Arquivística Pós-Custodial’, oriunda principalmente, do trabalho de pesquisadores canadenses, que aproximam a Arquivística dos métodos de compreensão e estudo próprios das Ciências Humanas. É composta por três abordagens de estudo: a Arquivística Integrada, liderada pelos pesquisadores Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, a Arquivística Funcional, fundamentada por Hugh Taylor e Terry Cook e a Diplomática Contemporânea, representada por Luciana Duranti.

A Arquivística Integrada surge em 1980 no Canadá Francês com a proposta de reintegrar o *archivists*² e os *records manager*³, através de uma visão global do ciclo de vida documental, desde sua criação até o destino final.

De acordo com Rousseau e Couture (1998, p.70) a arquivística integrada implica atingir três objetivos essenciais: garantir a unidade e a continuidade das intervenções do arquivista nos documentos de um organismo e permitir assim uma perspectiva do princípio das três idades e das noções de valor primário e secundário; permitir a articulação e a estruturação das atividades arquivísticas numa política de organização de arquivos; integrar o valor primário e o valor secundário numa definição alargada de arquivo. Segundo os autores, trata-se da única a assegurar uma política integrada de organização de arquivos, permitindo um rápido acesso às informações, indispensáveis ao funcionamento administrativo das organizações.

² Documentos de valor permanente.

³ Gestão de documentos.

Para Lopes (2009, p.131-133) a abordagem Integrada, consiste em um fenômeno especial e particular, pois é a única que propõe a modificação da arquivística numa disciplina científica, isto porque está aberta à pesquisa, à redefinição de conceitos, de metodologias capazes de se autoquestionar e se autorrever.

A Arquivística Funcional surge no Canadá Inglês em 1987, tem suas origens fundamentadas na identificação de um novo paradigma enunciado primeiramente por Taylor e aprofundado nos estudos de Terry Cook (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2011). Estes autores propõem uma nova forma de pensar os conceitos e métodos arquivísticos promulgados no Século XIX. Segundo eles, estes conceitos não cabem mais na nova configuração social, principalmente em relação ao teórico e metodológico para a criação e manutenção de documentos gerados eletronicamente.

Segundo Tognoli e Guimarães (2011) esta abordagem baseia-se na análise funcional do processo de criação dos documentos, daí o nome Arquivística Funcional. Somente através da análise do contexto de criação dos documentos pode entender-se a integridade dos fundos e as funções dos documentos de arquivo em seu contexto original.

Discutem mudanças de paradigmas na disciplina, como no contexto de produção de documentos, em virtude do aumento do uso de tecnologias e pela atual natureza da produção dos documentos, inferindo que não existe, em hipótese alguma, naturalidade na guarda, no processamento e no conteúdo dos documentos. Busca aproximar a área a uma perspectiva social. Essas novas ideias têm sido muito aceitas em países como Austrália e Nova Zelândia.

A abordagem denominada Diplomática Contemporânea tem suas bases nos estudos de Paola Carucci (1987) na Itália. Posteriormente, foi aprofundada no Canadá por Luciana Duranti. Esses estudos representam uma superação da Diplomática Clássica, cujo objetivo passou a centrar-se na análise dos documentos contemporâneos e de suas funções. O novo método engloba os fatos e atos, os procedimentos que os geraram, as pessoas que trabalharam na criação do documento e a função impregnada nesse documento (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2011).

Dessa maneira, como ressalta Bellotto (2004) a Diplomática Contemporânea amplia seu foco da espécie documental em direção a gênese documental e de sua contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora.

Este breve panorama das correntes teóricas nos permite analisar de que forma o pensamento na área vem se modificando e alguns conceitos tidos como paradigmas vêm sendo questionados. Trata-se de diferentes perspectivas, apesar de em alguns pontos elas se relacionarem e se contraporem. Isto porque, a Arquivística Moderna não poderia discutir ou refutar aspectos sem que a Arquivística Tradicional tivesse iniciado seus estudos.

A partir deste novo quadro teórico-metodológico surgem novas possibilidades e perspectivas de estudos diferenciados, temas que até então não são discutidos pela literatura, e que podem vir a contribuir com a consolidação da teoria e que criam frentes de pesquisa até então inéditas.

Nesse sentido, podemos inferir pelas análises realizadas que a questão da Mediação da Informação não é considerada, não é citada, nem tampouco discutida em nenhuma das duas perspectivas de estudo. Isto se deve em parte por ser um tema que apresenta suas raízes na área da Biblioteconomia, por meio dos serviços de referência.

Apesar de haver essa ausência de discussões é nítido que a Mediação da Informação encontra-se presente em diversos momentos das práticas profissionais Arquivísticas, desde a produção até a destinação final dos documentos. Sendo assim, considera-se que há um espaço para a reflexão e a inserção do tema na área.

A partir das concepções e discussões de cada escola de pensamento considera-se que a que possibilita um aprofundamento entre a Arquivística e a Mediação da Informação é a abordagem Pós-Moderna, haja vista que as discussões realizadas coincidem com a posição adotada pelos autores.

Os arquivistas canadenses defendem uma mudança de paradigma na área, que deve englobar agora o contexto sociocultural e ideológico de criação dos documentos, ou seja, é necessária uma visão macro e não limitada do processo documental. Essa visão recai também sobre o papel desempenhado pelos registros nesse novo momento.

O contexto por trás do texto, as relações de poder que moldam a herança documental, e de fato, a estrutura do documento, sistema residente de informação e convenções narrativas são mais importantes do que o objeto e seu conteúdo. Nada é neutro. Nada é imparcial. Nada é objetivo. Tudo é moldado, apresentado, representado, reapresentado, simbolizado, significado, assinado, construído (COOK, 2001, p.7).

De acordo com este pensamento, o texto não é um ‘subproduto’ administrativo, e sim um ‘produto consciente’, “[...] embora essa consciência [...] possa ser transformada [...] em padrões inconscientes de comportamento social [...] e em fórmulas padronizadas de apresentação da informação”, de tal modo que os liames com as realidades externas e as relações de poder tornam-se bastante escondidos. Portanto, os documentos de arquivo são produzidos em “contextos semioticamente construídos, [...] dependentes das instituições e/ou dos indivíduos”; portanto, não há documentos neutros, objetivos, desinteressados, ‘inocentes’ (BELLOTTO, 1998).

Este novo olhar defendido pelos canadenses está diretamente relacionado com o conceito e os atributos da Mediação da Informação, uma vez que se encontra presente em todos os momentos do processo informacional, não somente na disponibilização da informação para o usuário, mas também, em todas as atividades desenvolvidas pelo profissional da informação.

A ação mediadora não ocorre apenas no momento do contato do usuário com os documentos e com a possibilidade de obter informações. Ela abarca todas as ações do fazer profissional, desde a construção do acervo, o processamento técnico dos documentos, etc.

Conseqüentemente, o fazer profissional do arquivista carrega, consciente ou inconscientemente, seus atributos pessoais e profissionais, ou seja, a prática profissional está fundamentada nesses aspectos que interferem diretamente na execução de seu trabalho.

Portanto, não podemos considerá-lo como um indivíduo isolado, que não sofre influência do contexto social ao qual se encontra inserido, pelo contrário essa influência reflete diretamente no desenvolvimento de seus trabalhos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente a história dos arquivos e da disciplina arquivística foi profundamente marcada em suas origens pelos aspectos pragmáticos vinculados às práticas burocráticas visando eficácia e eficiência na guarda e preservação de arquivos, notadamente os públicos (FONSECA, 2005).

Atualmente, considera-se que há duas principais abordagens nas reflexões sobre o campo do conhecimento arquivístico hoje: aquela que ainda está fundamentada na teoria e prática promulgadas pela ‘Arquivística Tradicional’ e aquela que discute sua inserção em um novo contexto epistemológico – a pós-modernidade. Ambas são importantes para discutir a estrutura da disciplina arquivística e, mais ainda, para compreender a maneira pela qual vem se desenvolvendo para ser vista como uma área de conhecimento autônoma.

A partir desta perspectiva pós-moderna o objeto da área, desloca-se do ‘arquivo’ para a ‘informação arquivística’, ou ‘informação registrada orgânica’, expressão defendida pelos arquivistas canadenses para nomear a informação gerada pelos procedimentos organizacionais e por eles estruturada de forma a permitir uma recuperação em que o contexto de produção seja o ponto de partida (FONSECA, 2005). Ou seja, o objeto passa do suporte ‘documento’ para a ‘informação ou conteúdo semântico’ do documento e também para o contexto e o processo gerador dos documentos enfatizando as possíveis relações dos usuários com os criadores destes documentos.

Sendo assim, o documento de arquivo passa a ser visto como uma entidade social e culturalmente construída, na qual estão implícitas as relações de poder, onde mais de uma história pode ser narrada (TOGNOLI, 2010).

Portanto, os fundamentos sofrem uma mudança de perspectiva da arquivística tradicional para a pós-moderna, isto pode ser claramente observado pelas características em termos de seu objeto, seus objetivos e métodos.

Quadro 1: Arquivística Tradicional X Pós-Moderna.

Itens	Arquivística Tradicional	Arquivística Pós-Moderna
Entidades	Eram os documentos de arquivo como 'artefatos' físicos, e as interações entre essas entidades eram consideradas orgânicas por natureza.	Fundamentais na arquivologia também são duplas: o documento individual e suas relações com os processos administrativos.
Objetivo	Controle físico e intelectual dos documentos da administração em geral e da administração pública em particular, para a preservação da memória e para a garantia de fontes históricas.	Vai além da acessibilidade: é a manutenção da 'qualidade arquivística', ou seja, da clareza, da força e da resistência dos laços entre a informação e o processo administrativo que a gerou.
Metodologia	Aplicação do Princípio da Proveniência e de seu desdobramento na ordenação dos documentos de acordo com a organização dada no órgão produtor.	Consiste no estabelecimento, na manutenção e na análise das relações entre os documentos e seus geradores, de forma e estabelecer, manter e analisar a autenticidade, a segurança e a fidedignidade desses documentos.

Fonte Adaptada: Fonseca - 2005.

Nesse novo cenário, os arquivistas evoluem de simples e frios guardiões de uma herança documental para se transformarem em agentes intervenientes, que determinam padrões de preservação, de gestão e acesso, selecionando somente uma parcela do grande universo de informações (COOK, 2001). Ou seja, os arquivos devem ser direcionados para os usuários⁴ e não para os arquivistas considerando o usuário e também o impacto da informação sobre sua vida, inclusive fora dos espaços físicos dos serviços de informação.

Por esta razão, enfatiza-se que os fundamentos teóricos da Mediação da Informação relacionam-se com o fato de que hoje o arquivista deve ser um mediador ativo na formação e na construção da memória institucional e coletiva através dos arquivos. Estes devem aceitar seu papel dentro do processo histórico de criação dos documentos, a fim de compreender que o documento é a memória da sociedade e que deve

⁴ É urgente na área aprofundar sob o ponto de vista teórico e prático, as questões que envolvem o usuário da informação como sujeito do processo arquivístico.

ser amplamente compartilhada. Em suma, “[...] os arquivistas servem à sociedade, não ao Estado” (COOK, 2001, p.19).

No fazer do profissional arquivista, a mediação da informação está sempre presente, desde a seleção do documento até o uso dele. A seleção é feita com base em interesses da organização à qual está vinculado o arquivo. Não é ela, seleção, realizada de maneira isolada ou desvinculada dos objetivos da organização. Ao contrário, o arquivista tem suas ações direcionadas para esses interesses e objetivos. É bom alertar, no entanto, que no trabalho desse profissional a interferência se faz presente. Dessa maneira, o trabalho técnico não significa ações isentas ou neutras, mas revestidas de concepções, conceitos, valores, ideias e formas de entendimento do mundo. O trabalho, assim pensado, se concretiza não só a partir de aplicações de técnicas e de políticas já existentes, mas com a interferência do profissional, dos produtores das informações contidas nos documentos, do momento em que foram construídas, do tipo de equipamento informacional onde o trabalho se realiza e dos usuários para os quais o trabalhos estão sendo executado.

As ações voltadas para a aplicação de técnicas para a classificação dos documentos, por exemplo, dão-se norteadas também para os usos que se farão desses documentos. Nessas ações está presente a mediação da informação, não em sua forma explícita ou reconhecida como tal, mas de uma maneira não claramente reconhecida ou, como denomina Almeida Júnior (2009a, p.92-93), implícita:

A primeira, a mediação implícita, ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários. Nesses espaços, como já observado, estão a seleção, o armazenamento e o processamento da informação. A mediação explícita, por seu lado, ocorre nos espaços em que a presença do usuário é inevitável, é condição *sine qua non* para sua existência, mesmo que tal presença não seja física, como, por exemplo, nos acessos à distância em que não é solicitada a interferência concreta e presencial do profissional da informação.

Defendemos que a mediação da informação deve fazer parte dos estudos no âmbito da Arquivística, uma vez que o interessa desta está centrado na informação, no usuário e na relação do usuário com os documentos, sendo estes, suportes de informação.

Concluindo, consideramos que o pensamento arquivístico é de maneira geral fragmentado e não discute profundamente temas fundamentais como aqueles voltados para os usuários, acredita-se que isto esteja vinculado, principalmente, pela ausência de metodologias, fraquezas teóricas e certos isolamentos ou subordinações excessivas a outras disciplinas. Talvez essas questões expliquem a ausência de um corpus teórico bem consolidado e que seja capaz de fornecer um grau de universalização da disciplina.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Leitura, informação e mediação. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Ambientes e fluxos de informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 282p. p.71-82
- _____. Leitura, mediação e apropriação da informação. In: SANTOS, J. P. (Org.). *A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. 168p. p.33-45
- _____. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009(a).
- _____. La mediación de la información y la lectura informacional. In: GARCIA MARCO, F. J. (Ed.). *Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación*, 2009. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2009(b). p.23-28
- ASSOCIAÇÃO dos Arquivistas Holandeses. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.
- BÁEZ, F. História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BELLOTTO, H. L. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debatendo Terry Cook. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21, 1998.
- _____. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- COOK, T. Archival science and postmodernism: New formulations for old concepts. *Archival Science: International Journal on Recorded Information*, v.1, n.1, p.3-24, 2001.
- FONSECA, M. O. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- LE COADIC, Y.-F. A ciência da informação. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.
- ROUSSEAU, J.-Y.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- SERRAI, A. História da biblioteca como evolução de uma idéia e de um sistema. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.4, n.2, p.141-61, set. 1975.

TOGNOLI, N. B. *A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea*. 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

TOGNOLI, N. B.; GUIMARÃES, J. A. C. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.16, n.1, p.21-44, jan./mar. 2011.